



# DIOCESE DO CEARÁ COMO VITRINE DA ROMANIZAÇÃO (1853 - 1912)

*Prof. Pe. Edilberto Cavalcante Reis\**

## **I. Introdução: A “Terra das Trevas Romanas”**

A Igreja Católica, com suas crenças seu culto e sua visão de mundo, ocupa, inequivocamente, um lugar de destaque na história do Ceará. A expressão “Terra das Trevas Romanas”, escolhida como título para esta introdução é muito emblemática neste sentido. O seu autor foi Rev. Natanael Cortez, pastor e líder espiritual dos protestantes cearenses nas primeiras décadas deste século. Com o seu espírito de apologista, ele criou este novo dístico para o Ceará<sup>1</sup> em contraposição ao de “Terra da Luz”, ao qual a região fez jus pelo seu pioneirismo na libertação dos escravos negros. Essa percepção do Rev. Cortez, nasceu das lutas e dificuldades impostas à entrada e a estruturação de novas formas de manifestação religiosa, seja pelos costumes católicos arraigados na cultura local, seja pela situação de hegemonia política e ideológica que a Igreja desfrutava na região. O protestantismo, naquela época, já representava uma outra possibilidade de prática religiosa e uma ameaça ao monopólio do catolicismo sobre o sagrado. Neste sentido, ninguém menos suspeito para testemunhar o alcance do poder da Igreja do que um de seus principais opositores no interior do campo religioso.

O momento em que esta frase foi cunhada, por volta da segunda década do século XX, é muito significativo. Um período que está situado fora do alcance cronológico do presente trabalho, mas que mantém uma forte relação com ele. Foi um momento forte de ressurgimento do catolicismo, saído vitorioso da crise que vivera no século XIX e respaldado por propostas eclesiológicas e missiológicas claras. Não nos ocuparemos mais destas questões, resta-nos, entretanto, salientar que as raízes deste

---

<sup>1</sup> CORTEZ, Natanael. Apologia da Bíblia. Garanhuns: Typ. do Norte Evangélico, 1920, p. 06.

projeto vitorioso, conhecido como neo-cristandade, podem ser encontradas no processo de reforma do catolicismo, empreendido pelo episcopado nacional no século XIX e que é conhecido como romanização.

O que o Rev. Cortez encontrou no Ceará durante o seu pastorado (1914 - 1947), foi uma sociedade fortemente marcada pelos paradigmas da neo-cristandade. Na verdade, para ele, era o melhor exemplo deste tipo de sociedade no Brasil. É esta influência que ele denuncia como Trevas Romanas.

Muitos fatores contribuíram para que o Ceará desenvolvesse esta característica *sui generis*. Comparando-se a outras regiões do litoral nordestino, o Ceará pode ser considerado a região de mais recente povoação. Enquanto o povoamento de Pernambuco, da Bahia e mesmo da Paraíba do Rio Grande do Norte e do Maranhão encontrava-se bastante avançado, já em meados do século XVII, o Ceará ainda era uma região praticamente inóspita. Era, sem dúvida, uma das “fronteiras” da cristandade colonial lusitana na América, e uma fronteira que prometia bem pouco aos colonizadores portugueses (também aos holandeses e franceses). O donatário que recebeu o Ceará, sequer veio tomar posse da mesma<sup>2</sup>. O máximo proveito que se podia tirar da região era de sua estratégica localização entre o Maranhão e Pernambuco: estando a meio caminho entre as duas capitânicas, poderia servir como ponto de parada para reabastecimento dos navios e também como “cabeça de ponte” para possíveis ataques a uma ou a outra capitania. É justamente com esse fim que tanto portugueses quanto holandeses vão montar pequenos fortes, ao longo do litoral da capitania, no século XVII. Esta situação de desinteresse vai continuar por muito tempo:

“Ainda em 1750, Rocha Pita considerava a Província (sic) do Ceará a mais áspera e inútil do Brasil, só abundante de salinas, pau-voleta e ambar-gris, que o “mar” em desempenho da esterilidade dos outros gêneros, lançava na grandíssima costa, confinante com o Maranhão.”<sup>3</sup>

É importante lembrar que por volta da década de 1750, o Ceará já estava, há mais de um século, sendo visitado por europeus, tendo sido, por duas vezes, conquistado por holandeses. Além disto, importantes núcleos

---

<sup>2</sup> GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da Conquista e Implantação dos Primeiros Núcleos Urbanos na Capitania do Siará Grande. In: SOUZA, Simone. História do Ceará. 4a. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995, p. 06.

<sup>3</sup> GIRÃO, Raimundo. Evolução Histórica Cearense. Fortaleza: BNB - ETENE, 1985, p. 09.

de povoamento, que seriam a espinha dorsal da futura rede urbana do Ceará, já existiam há pelo menos duas décadas (Fortaleza, Aquiraz, Aracati, Icó, Baturité, Viçosa e Quixeramobim), e as charqueadas cearenses já alimentavam os mercados consumidores de Pernambuco e da Bahia e até mesmo do longínquo Rio de Janeiro.<sup>4</sup>

A despeito do desdém com que a região era tratada pelos colonizadores, e à sombra da economia canavieira, o século XVIII foi um tempo de desenvolvimento para a capitania. Se no início deste século, é uma região dependente politicamente de Pernambuco e habitada somente por índios e por foragidos da justiça, no final do mesmo, além de ser administrativamente independente de Pernambuco, tem uma população maior que a da Paraíba e do Rio Grande do Norte, de colonização bem anterior e, especialmente a primeira, produtora de açúcar. Para se ter uma idéia deste fenômeno, basta analisarmos comparativamente os dados sobre população, nas três províncias, na década de trinta do século XIX, segundo dados do “*Anuário Político de 1946-47*”<sup>5</sup>: enquanto o Ceará contava com uma população de aproximadamente 186.000 habitantes em 1835, a Paraíba, no mesmo ano, só possuía aproximadamente 109.000 e o Rio Grande do Norte, 46.000. O crescimento da capitania, depois província do Ceará, continuará no século seguinte com o processo de diversificação da economia devido à introdução de novos produtos agrícolas como o algodão, a cana-de-açúcar e mesmo o café, estes dois últimos cultivados nas regiões serranas do Araripe, Baturité e Ibiapaba

A evangelização do Ceará seguiu muito de perto o processo de ocupação colonial. Para usar uma expressão do historiador Eduardo Hoornaert “*o catolicismo no Ceará é de recente data*”<sup>6</sup>. Somente em 1605 aparece o primeiro pedido de missionários para aldear os gentios da serra da Ibiapaba<sup>7</sup>. Com essa intenção, a CIA de Jesus envia os dois primeiros missionários para esta terra: os pp. Francisco Pinto e Luís Figueira. Chegados a Ibiapaba, no extremo norte do atual estado, na fronteira com o Piauí, em 1607, os padres pouco tempo tiveram de convivência e de missão no meio dos índios daquela região. O trabalho foi abruptamente

---

<sup>4</sup> GIRÃO, Valdelice Cameiro. As Charqueadas. In: SOUZA, Simone. Op. Cit., p. 66.

<sup>5</sup> Anuário Político, Histórico, Estatístico do Brasil (1846 - 1847). SORBN.

<sup>6</sup> HOORNAERT, Eduardo. Catequese e Aldeamentos. In: SOUZA, Simone. Op. Cit. P. 46.

<sup>7</sup> GIRÃO, Raimundo. Op. Cit. p. 40.

interrompido pelo martírio do Pe. Francisco Pinto por “bárbaros” tapuias que se recusavam a receber a mensagem trazida por eles.

Por quase meio século o Ceará ficará longe do Evangelho. Somente a partir de 1649, é que, juntamente com a expedição holandesa liderada por Matias Beck, chegou ao Ceará o missionário calvinista inglês Thomas Kempins. Com vasta experiência de evangelização entre os índios da Paraíba e do Rio Grande do Norte, Rev. Kempins logo inicia o trabalho de catequese junto aos índios do litoral, entre o forte fundado por Beck (local onde hoje está situada a cidade de Fortaleza) e a Ibiapaba. Mas esta tentativa também teve um fim trágico. Quando da expulsão dos holandeses de Pernambuco (1654), os índios do Ceará, aliados destes contra os portugueses, interpretaram a derrota batava como traição e deram início ao massacre de todos os holandeses que encontravam pela frente. Entre as vítimas estava boa parte da guarnição do forte Schoonemborck, e entre eles, o zeloso Rev. Kempins<sup>8</sup>.

Depois deste episódio, mais precisamente nas últimas décadas do século XVII, é que o Ceará entrou definitivamente no mapa da cristandade colonial portuguesa (neste mesmo período entrou também no mapa das regiões economicamente produtivas do Império Lusitano). Segundo dados do próprio Matias Beck e do Pe. Antônio Vieira, então provincial dos jesuítas, mais de quatro mil “almas”, em sua maioria índios aldeados pelos calvinistas em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, buscam refúgio nas inóspitas terras do Ceará, especialmente na serra da Ibiapaba. Acreditando-se no testemunho de Vieira, neste período passou a reinar entre os indígenas da Ibiapaba *a mais total confusão herética protestante*. Entre *eles campeavam as mais diferentes heresias, provenientes dos mais diferentes pontos da Europa reformada*. Na ótica de Vieira, tamanha era a confusão protestante reinante entre os índios do Ceará, que a Ibiapaba poderia muito bem ser chamada de “*A Genebra de todos os sertões do Brasil*”<sup>9</sup>.

Sem nos determos mais nestes dados apresentados por Vieira, duas conclusões podemos tirar deste episódio e de sua importância para a história religiosa do Ceará:

---

<sup>8</sup> KROMMEN, Rita. Mathias Beck e a CIA das Índias Ocidentais. Fortaleza: EDUFC, 1997, p. 101.

<sup>9</sup> VIEIRA, Pe. Antônio. “Relação da Missão da Serra da Ibiapaba”. In: Revista do Instituto do Ceará - tomo 18. Fortaleza: 1904, p. 92.

Naquele momento, a região inóspita e bárbara passa a fazer parte do mapa da cristandade. Mais especificamente, da cristandade que se debate em uma cruel guerra religiosa. Chamar a Ibiapaba de “*Genebra dos Sertões*”, é fazer com que aquela região ganhe um sentido no mundo da contra-reforma. É como parte do mundo da contra-reforma que o Ceará passará a fazer parte de forma mais marcante nos projetos jesuítcos de evangelização. Em 1695, este plano começará a ganhar forma com a fundação da aldeia de N. S. da Assunção da Ibiapaba (atual cidade de Viçosa do Ceará), depois de tentativas frustradas em 1656, 1662, 1673 e 1690<sup>10</sup>. A partir daí, os padres da CIA de Jesus construíram uma rede de aldeamentos que se estendia por quase todo o território do atual estado, conforme pode ser observado no mapa abaixo:

Esta rede de aldeamentos serviu, entre outras coisas para marcar a presença portuguesa na região, e para quebrar os últimos focos de resistência indígena, criando-se uma comunicação por terra entre o Maranhão e Pernambuco. Assim a região nascida como “*Genebra dos Sertões*” se converte em um “estado jesuítico” à semelhança do que ocorreu também no sul do Brasil e no Paraguai<sup>11</sup>. Esta será a condição do Ceará até a expulsão da Companhia em meados do século XVIII: governado política e religiosamente pelos jesuítas e economicamente assentado na pecuária, especialmente na charqueada.

Com certeza, estes e outros aspectos da colonização do Ceará carecem de um maior cuidado da parte dos historiadores. São poucas as reflexões que temos sobre o período, poucas as fontes, mas, sem dúvidas, estamos diante de um vasto campo de possibilidades para o trabalho dos pesquisadores.

## **2. Uma cidade construída sobre a areia:**

“A primeira coisa que pode-se dizer sobre o Ceará é que a cidade é inteiramente construída sobre a areia. Desde a praia até o bairro mais distante só se vê areia...”<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> HOORNAERT, Eduardo. Op. Cit. In: SOUZA, Simone. Op. Cit. p. 52.

<sup>11</sup> NOBRE, Geraldo. História Eclesiástica do Ceará. (1a. Parte). Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 1980, p. 122.

<sup>12</sup> KIDDER, Daniel P. Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p 153.

Com estas palavras é que o viajante protestante Daniel Kidder, descreve a cidade de Fortaleza nos idos da década de 1840. Pela descrição, a vila não mudara muito desde que o capitão-mor Manoel Francês mandou desenhar o primeiro esboço da mesma no século XVIII. Ainda faltavam alguns anos para que os ventos do progresso se fizessem sentir e Fortaleza pudesse respirar os ares de uma urbe civilizada. No entanto não é por este caminho que nossa reflexão será encaminhada. Esta descrição nos interessa por outro motivo, que tem mais relação com o nosso objeto de estudo.

A expressão “*construir sobre a areia*” é um tropos cheio de significado religioso para a tradição cristã e muito nos fala sobre a situação do campo religioso no Ceará até a primeira metade do século XIX. Ela nos remete imediata e obrigatoriamente para a seguinte passagem do evangelho:

“Assim, todo aquele que ouve estas minhas palavras e as põe em prática será comparado a um homem sensato que construiu a casa sobre a rocha. Por outro lado, todo aquele que ouve essas minhas palavras, mas não as pratica, será comparado a um homem insensato que construiu sua casa sobre a areia. Caiu a chuva, vieram as enxurradas, sopraram os ventos e deram contra aquela casa e ela caiu. E foi grande a sua ruína” (Mt. 7, 24 ss)

Certamente não é por mero acaso que aquele visitante acentua o fato de Fortaleza ser uma cidade construída sobre a areia. De uma forma velada ele está enquadrando a, então pequena povoação, no rol das cidades malditas, onde habitam homens ímpios e insensatos que vivem longe da vontade de Deus, entregues a suas paixões e prontos para enfrentar o juízo eterno. De uma forma ou de outra, o cripto-missionário poderia dizer o mesmo de todas as cidades do Império. Neste sentido, não faltam testemunhos de viajantes, principalmente ao se defrontarem com as práticas religiosas daquele Brasil ainda fortemente marcado pela herança colonial. Para viajantes e missionários aqui desembarcados, especialmente os protestantes, o povo brasileiro vivia no mais ignominioso paganismo, sendo o cristianismo uma mera fachada. Porém o Ceará (Fortaleza) chamava a atenção de Kidder por um curioso detalhe, que causa no mesmo uma forte admiração: ela era uma cidade quase sem igrejas - ele aponta a existência de um único templo, o de N. S. do Rosário dos Homens Pretos - e sem qualquer tipo de instituição monástica - “*circunstância essa sem paralelo em todo o Brasil*”<sup>13</sup>. Esta

---

<sup>13</sup> Idem, p. 153.

observação deve ser lida juntamente com a primeira para que, abstraindo-se as preocupações apologéticas do viajante, possamos continuar com a nossa primeira e fundamental conclusão: o Ceará para o protestantismo, e mesmo para o catolicismo romanizado, continua sendo uma terra de missão. Uma terra a ser salva; um lugar onde a Igreja precisa ser construída, não sobre a areia, mas sobre a pedra dos preceitos cristãos.

É por este motivo que o Ceará se prestará tão bem aos propósitos da reforma religiosa do Brasil em curso no século XIX. É nesta chave que procuraremos entender todo o processo de criação da diocese do Ceará. A sua situação “*sem paralelos em todo Brasil*” fez com que fosse tido como um dos locais apropriados para que as diferentes propostas (especialmente a proposta romanizadora) de (re)construção do campo religioso brasileiro fossem viabilizadas

É muito importante também salientar que, alguns anos antes da visita de Kidder, fora elaborado o primeiro plano de urbanização da cidade com o projeto do urbanista Silva Paulet (1818) e, alguns anos depois o de Adolfo Herbster (1875). É bastante significativo que a reforma da cidade aconteça no mesmo contexto em que o campo religioso vai sendo delineado com a criação da diocese (1860) e a implantação da primeira comunidade protestante (1881).

Os dados estatísticos sobre a província do Ceará na primeira metade do século XIX, são bastante imprecisos mas corroboram a nossa hipótese. Segundo os, já citados dados do “*Anuário Político... de 1846-47*”, a população do Ceará, em 1839, foi calculada em torno de uns 200.000 habitantes. Em 1853, um ofício do presidente da Província ao ministro dos Negócios da Justiça, contendo dados a serem anexados ao processo canônico de criação da diocese, calculava a população em 340.000 mil “*almas*”. Ainda segundo o mesmo documento, esta população estava espalhada nas 33 paróquias que compunham a Província. Dividindo-se a população pelo número de paróquias, tínhamos em média 10.000 habitantes por paróquia. Esta divisão não corresponderia à realidade, pois a população espalhava-se de forma desigual pelo território da Província. Havia uma concentração de população na capital, em alguns pontos do litoral e nas regiões serranas. O importante é que o número de paróquias é bem pequeno para a população e em relação ao território. Isso é um reflexo da situação precária da divisão eclesiástica do Brasil. A diocese de Olinda, da qual faziam parte além do Ceará, as Províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, segundo os dados do “*Anuário...*”, possuía 163 paróquias. Assim sendo, o Ceará respondia por mais ou menos 20% das paróquias da Província eclesiástica. Já a população

do bispado era calculada em torno de 1.060.000 habitantes, dos quais aproximadamente 28% estavam no Ceará. Comparando-se a outras dioceses, a estatística paroquial não era das piores. Possuía pouco menos que a metade em relação a então secular diocese do Maranhão, que tinha 55 paróquias para uma população um pouco menor e um território muito maior. Possuía três paróquias a menos que a prelazia de Goiás e mais que o dobro da prelazia do Mato Grosso. Quanto ao clero, por volta de 1858, bem no momento da instalação da diocese, o Ceará possuía 69 sacerdotes, todos seculares, entre párocos e vigários e mais 01 vigário geral forense. Existiam, ao todo 121 igrejas, entre matrizes e capelas filiais, segundo dados da “*Memória Estatística da Província do Ceará*”<sup>14</sup>, feita pelo pe. Thomás Pompeu. Posteriormente, voltaremos a estes dados para analisarmos a importância política que estes vão assumir no momento da criação do bispado, principalmente no tocante ao projeto de romanização.

### **3. Os percursos da romanização no Ceará**

Mais de um século depois, quando olhamos o percurso da romanização no Brasil, não podemos deixar de afirmar que este foi um fenômeno que marcou profundamente a história e a eclesialidade do catolicismo brasileiro. A sensação de desconforto e de descompasso que setores da Igreja nacional sentiam em relação ao restante da Igreja universal foi bastante relativizada. A situação do campo religioso, hoje, é bastante diferente: se outrora a Igreja era inegavelmente hegemônica, mas tinha uma estrutura hierárquica bastante débil, hoje se dá justamente o contrário.

À medida em que o campo religiosos brasileiro do final do século XX vai se tornando cada vez mais plural, e o catolicismo parece querer embarcar numa competição de tipo mercadológica para não ficar em uma situação numérica desfavorável, a instituição torna-se cada vez mais forte e estruturada, servindo mesmo de modelo para as outras Igreja particulares espalhadas pelo mundo. Não é desconhecido de ninguém a importância da CNBB nas últimas décadas da história do Brasil, mesmo em relação à Igreja Universal, a atuação do episcopado nacional, desde o Vaticano II, tem sido tão fundamental que parece inquietar alguns setores

---

<sup>14</sup> BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. *Memória Estatística da Província do Ceará*. Fortaleza: Typ. Brasileira de Paiva & CIA, 1858.



dentro da própria Igreja<sup>15</sup>. Foi um passo e tanto para uma Igreja, que a tão pouco tempo jazia sob o peso de um Estado que a acorrentava sob o pretexto de protegê-la, mantendo-a em um estado de microcefalia, enquanto a sociedade se tornava cada vez mais complexa e as demandas espirituais mais refinadas e exigentes.

Para muitos historiadores eclesiais, principalmente aqueles ligados a correntes mais progressistas dentro da Igreja, a romanização é vista como um momento que trouxe pouco proveito para o catolicismo nacional. Não é nosso interesse na conclusão de nosso trabalho fazer um panegírico da romanização, mas muito do que a Igreja do Brasil conseguiu ser durante o último século, teve como alavanca o processo de romanização. É interessante perceber o quanto os processos históricos, longe de representarem uma caminhada muito bem arrumada, onde o bem luta com o mal e um dos dois sai vencendo, mostram resultados diferentes do que alguns esperam e do que outros temem.

O percurso histórico da Igreja que está no Ceará, desde o momento em que se começaram as melindrosas e burocráticas negociações entre o Estado Imperial e a Cúria Romana, para nós é um bom exemplo do que afirmamos. Uma Igreja nascida em um momento especialmente difícil para o catolicismo. Um momento de incompreensão, de pouco diálogo entre a Igreja e o mundo moderno e de fervores apoloéticos à flor da pele. Uma Igreja nascida pobre em um lugar pobre. Uma região que sempre esteve fora das grandes regiões econômicas, o que significava estar fora da área de interesse das elites que comandavam - e comandam - os destinos do país.

Economicamente, o Ceará parecia, apesar da teimosia de seu povo, destinado ao mais grotesco dos fracassos. Não faltou quem, por mais de uma vez, sugerisse a fusão do Ceará com o Piauí e mesmo, de ambos, com o Maranhão, para que a região se tornasse mais viável. No entanto, em termos eclesiais, ela parecia bem promissora. Era justamente na tibieza de seu lado institucional que a Igreja do Ceará mostrava-se como um campo onde se poderia por em curso os projetos de catolicismo que diferentes setores da sociedade brasileira tentavam implementar ao longo do século XIX: seja o clero liberal que sonhava com uma Igreja Nacional,

---

<sup>15</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja no Brasil, de João XXIII a João Paulo II...Petrópolis: VOZES, 1994, p. 77.

livre de Roma<sup>16</sup> ; seja o Estado regalista que pretendia manter as suas prerrogativas sobre a Igreja, tal como ocorreu durante todo o período colonial<sup>17</sup>; sejam os liberais maçônicos mais exaltados que sonhavam com uma *mudança na alma dos brasileiros*, que significava sua adesão a uma religião mais moderna e menos *obscurantista*, como o protestantismo trazido dos EUA, ou da Inglaterra<sup>18</sup>.

O período das negociações entre o Estado Imperial e a Santa Sé para a implantação da diocese, entre 1853 e 1860, foi definitivo com relação ao sentido que esta iria tomar. Estava claro que Roma não iria perder a oportunidade de mostrar ao Estado Imperial e à sociedade brasileira como um todo, que rumos a Igreja do Brasil deveria tomar a partir de então.

As exigências impostas pela internunciatura apostólica para a execução da bula de criação canônica da diocese eram consideradas descabidas pelo governo. Para a Santa Sé, no entanto, aquele era o momento de demarcar espaços de poder e por isso o internúncio permaneceu inflexível até conseguir tudo: a dotação orçamentária das cômguas episcopais e do cabido diocesano; garantia também de verba do orçamento para a construção ou reforma da Sé Catedral, de um seminário diocesano, de uma residência episcopal e de um prédio para a cúria e chancelaria eclesiástica<sup>19</sup>.

Quando os dois primeiros padres escolhidos para assumirem a Sé do Ceará, declinaram da honrosa indicação<sup>20</sup>, parecia que estávamos diante de uma reedição dos fatos acontecidos nos primórdios da colonização portuguesa, quando o donatário que recebeu o Ceará, por saber que a região não se prestava ao plantio da cana, não possuía vastas florestas de pau-brasil, ou mesmo minas de ouro ou prata, nem sequer apareceu para conhecer “sua terra”. Era uma terra tão difícil que pouco valia para justificar o trabalho de uma vida. Quando D. Luiz assume a

---

<sup>16</sup> AZZI, Riolando. A Crise da Cristandade e o Projeto Liberal. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 193.

<sup>17</sup> Idem, p. 136.

<sup>18</sup> VIEIRA, Davi Gueiros. O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil. Brasília: Ed.UnB, 1980, p. 95.

<sup>19</sup> Expediente Relativo à Criação das Dioceses do Ceará e Diamantina. Carta do Sr. Ministro dos Negócios da Justiça ao Ministro dos Negócios Estrangeiros - 1857. DEAN.

<sup>20</sup> GIRÃO, Raimundo. Evolução Histórica Cearense. Fortaleza: BNB - ETENE, 1985, p. 217.

nova diocese, parecia mesmo que os dois que haviam rejeitado o s6lio episcopal cearense estavam com a raz6o. O primeiro bispo tinha diante de si a dif6cil tarefa de construir a institui76o eclesial do Cear6 dos alicerces: n6o havia um semin6rio, ele n6o contava com o apoio de qualquer ordem religiosa, tinha em suas m6os um clero pequeno, pouco instruido e que n6o primava pela ortodoxia, principalmente no tocante 6 moral e mesmo as irmandades religiosas, que existiam aos montes nas outras dioceses onde chegavam mesmo a ser um problema, s6o teriam seu momento de apogeu alguns anos depois de instalada a diocese. Somente depois de conseguir montar uma estrutura m6nima de governo, 6 que ele poderia come7ar a pensar em moldar as diferentes manifesta76es religiosas existentes na regi6o nos contornos do catolicismo romanizado.

Mas 6 essa fraqueza que tornava a regi6o especial. Enquanto os demais bispos romanizadores teriam que enfrentar uma dura oposi76o da parte do clero e dos leigos, os bispos do Cear6 encontrariam um caminho quase que totalmente desimpedido para a implementa76o de seu projetos. Comparando, a t6tulo de exemplifica76o, o percurso de alguns bispos contempor6neos aos dois primeiros bispos do Cear6, podemos perceber claramente que as coisas foram bem menos complicadas para D. Luiz e D. Joaquim.

Sobre os bispos do Par6 e de Olinda, poucas palavras s6o necess6rias. Dois deles acabaram nos c6rceres do Imp6rio por *ousarem* enfrentar abertamente o poder das irmandades e da ma7onaria. No Recife, antes que D. Vital entrasse em rota de colis6o com estes poderosos inimigos, um outro bispo, D. Manoel do Rego Medeiros - por acaso o primeiro cl6rigo cearense elevado ao episcopado e que tamb6m trabalhara como secret6rio de D. Macedo Costa - encontrara a morte apenas sete meses depois de empossado na sua diocese (1866). Este fato aconteceu durante sua primeira visita pastoral, em circunst6ncias tais que a fam6lia e os amigos mais pr6ximos julgaram estar diante de um crime por envenenamento<sup>21</sup>. Os principais suspeitos foram os mesmos que levariam D. Vital a julgamento: os cat6licos ligados 6 ma7onaria.

Em S. Paulo, os dois principais bispos da romaniza76o, D. Ant6nio Joaquim de Melo e D. Lino Adeodato Rodrigues de Carvalho, tiveram que lutar corajosamente contra membros do pr6prio clero, especialmente os membros de seus respectivos cabidos diocesanos, que faziam tudo o

---

21 6lbum Hist6rico do Semin6rio Episcopal do Cear6 em Comemora76o 6s "Bodas de Ouro" de Sua Funda76o. Fortaleza: 1914 - 1920. SHEAF, p. 85.

que era possível para dificultar a implantação de seus projetos. A situação chegou a tal ponto que ambos precisaram de apoio fora da diocese para ampliar a pequena base de apoio, que ambos conseguiram entre o clero do interior da diocese dar continuidade ao seu trabalho. Esse apoio veio, ora do Imperador, ora de Roma e, muito especialmente, das ordens religiosas que estes *importaram* para a diocese. Deve-se notar também que ambos morreram em uma espécie de exílio voluntário dentro da própria diocese. D. Lino, por exemplo, terminou seus dias, dirigindo a diocese não de S. Paulo, mas de Aparecida do Norte<sup>22</sup>.

No Rio de Janeiro, mesmo com a proximidade da corte e da legação oficial da Santa Sé, pode-se notar como D. Pedro Maria de Lacerda se viu acuado pelas forças políticas de oposição à romanização em momentos capitais dos embates com a maçonaria<sup>23</sup>.

No Ceará, mesmo durante os tormentosos anos da *Questão dos Bispos*, D. Luiz jamais enfrentou uma clara e generalizada oposição do clero e a oposição da maçonaria teve tão pouca repercussão prática que alguns anos depois ele era elevado à Sé Primacial da Bahia. Também durante as turbulências e indefinições que se seguiram ao 15 de novembro de 1889, D. Joaquim pôde contar com o apoio de seu clero e de importantes lideranças leigas católicas para responder à altura dos acontecimentos. É certo que o *Partido Católico* do Ceará foi um grande fiasco político, mas mostrou que o catolicismo na região já possuía alguma capacidade de organização e que, mesmo não obtendo vitórias a curto prazo, estava aprendendo a agrupar forças políticas em torno da defesa de seus princípios<sup>24</sup>. Esta capacidade de aglutinação de forças foi sendo exercitada ao longo dos anos que se seguiram à Proclamação da República, até que nos, anos 30, depois da revolução que levou Vargas ao poder, a Igreja cearense, por meio de seu braço político, a *Liga Eleitoral Católica*, tornou-se um dos grandes agentes políticos<sup>25</sup>. Essa posição

---

<sup>22</sup> GAETA, Maria Aparecida. Os Percursos do Ultramontanismo em São Paulo no Episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho - 1873-1894. São Paulo: USP, 1991, p. 334.

<sup>23</sup> GOMES, Francisco José S. Le Projet de Neo-Chretienisme dans le Diocese de Rio de Janeiro de 1869 a 1915 (These de Doctorat). Universite de Toulouse Le Mirail, 1991, p 345.

<sup>24</sup> PINHEIRO, Francisco José. O Processo de Romanização no Ceará. In: SOUZA, Simone. op cit. p.203.

<sup>25</sup> SOUZA, Simone. As Interventorias no Ceará (1930 - 1935). In: SOUZA, Simone. op cit, p. 335.

privilegiada, fez com que o Estado ponderasse as vantagens de uma nova aliança com a *Velha Senhora*, não mais nos termos de submissão da mesma aos seus caprichos, como ocorria durante a vigência do padroado, mas com base no respeito pela sua pretensão de ser a reserva moral da nação e base de sustentação institucional.

Tal situação somente iria desmoronar nos anos 70 sob o clima de exceção instaurado pelos militares<sup>26</sup>. À medida que as perseguições e torturas passaram a ser a única forma de diálogo entre o Estado e a Sociedade, a Igreja assume corajosamente uma postura de denúncia, o que a colocaria em rota de colisão com a ditadura. Isto foge aos limites de nosso trabalho, mas não podemos deixar de citar a importância que a Igreja do Ceará terá nesse momento, seja através da atuação de seu chefe espiritual, o cardeal Aloísio Lorscheider, seja pela atuação de outros clérigos que, em sua história, tiveram alguma relação com a Igreja cearense, penso especialmente em D. Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e formado no Seminário da Prainha, e no frade dominicano Tito de Alencar.

Além da preocupação com o estabelecimento de uma nova forma de *concordata* com o Estado brasileiro que reabilitasse o papel político da Igreja nos jogos de poder, o episcopado ultramontano tinha mais duas preocupações que formavam, com a primeira, o tripé sobre o qual se apoiava a proposta ultramontana de reforma da Igreja do Brasil: a primeira era a formação de um novo clero e a segunda era a preocupação com as práticas religiosas dos fiéis. Na verdade, essas não eram preocupações novas. Pelo menos desde a Reforma Protestante, elas estavam na pauta de discussão eclesiástica. No Brasil, desde os primórdios da evangelização, os jesuítas e outros missionários sempre interpelando o episcopado, a coroa e a Santa Sé, não cansavam de mostrar a necessidade de se montar uma adequada estrutura de formação para o clero brasileiro, segundo as normas de Trento. Também as práticas religiosas e morais do povo da colônia, desde muito tempo representavam, na visão dos missionários, da inquisição e da coroa, um problema a ser resolvido com criteriosa atenção.

O álbum comemorativo dos 50 anos do Seminário da Prainha não poupa adjetivos para qualificar os frutos de sua existência. Para o autor do *Álbum* era claro como o dia. Bastava olhar para o lastimável estado em que se encontrava o clero cearense antes da criação da diocese e, por conseguinte, do mesmo seminário e ver o que se passava cinquenta anos

---

<sup>26</sup> MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916 - 1885)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986, p. 169.

depois: em lugar de um clero escasso, um celeiro de vocações. Eram tantas que dava perfeitamente para exportar. A lista de padres cearenses, atuando fora do estado, é cuidadosamente enumerada como prova cabal disto. Além do mais, como se não bastasse o número de padres, o seminário ostentava orgulhosamente, já nas duas primeiras décadas do século XX, uma galeria de eminentíssimos membros do episcopado nacional. Havia entre eles até mesmo um arcebispo primaz. Com o passar dos anos, essa galeria cresceria mais ainda e daria à Prainha o glorioso título de *Celeiro de Bispos* da Igreja nacional<sup>27</sup>.

No lugar dos padres com pouquíssima formação intelectual, encontrados por D. Luiz, o *Álbum*, orgulhosamente apresentava a sua galeria de *padres doutores*. Mas isto não era só. Além dos padres doutores, o seminário se orgulhava de ser o berço da elite intelectual cearense. Até hoje, os discursos que lembram saudosamente o que alguns chamam de *era de ouro do Seminário da Prainha*, não podem deixar de lembrar que boa parte da elite intelectual do Ceará e mesmo de estados vizinhos, passaram pelos seus bancos escolares. Médicos, advogados, magistrados, políticos e outras figuras de renome são citados para mostrar a decisiva contribuição da Prainha para a ilustração do povo da *província*. Ufanismo à parte, ainda falta uma pesquisa que mostre se o pensamento dos intelectuais católicos franceses do século XIX, teria, por meio dos lazaristas franceses trazidos por D. Luiz, influenciado, de alguma forma, intelectuais do porte do Barão de Studart e outros tantos de sua geração e das gerações seguintes.

Mas nem tudo era tranqüilidade no relacionamento entre os bispos e o seu novo clero romanizado. Mesmo sendo formado em um instituto fora de qualquer suspeita e sob a orientação de mestres bastante confiáveis, o clero cearense ainda era supervisionado bem de perto, e os bispos tinham o cuidado de manter bem curta a disciplina. Uma das maneiras canônicas de se conseguir manter o clero na linha, era fortalecê-lo anualmente com um retiro espiritual. Mas havia outras formas menos piedosas de se conseguir adesão incondicional. Um destes artifícios era a não colação de párocos, conforme mandava a lei imperial e os cânones de Trento. Em vez disso, especialmente D. Luiz, passou a nomear vigários encomendados com provisões anuais e que poderiam ser suspensas a qualquer momento a critério do diocesano. Outra forma de minar o poder do clero foi a não criação do cabido de cônegos. Os cabidos diocesanos gozavam de uma

---

<sup>27</sup> GIRÃO, Raimundo. op cit, p. 221.

certa margem de poder e, como já acontecera em outras dioceses, poderiam representar uma indesejável oposição ao episcopado<sup>28</sup>.

No *Álbum das bodas de ouro* do seminário, também uma ilustre ausência se faz sentir. Essa figura importante que fica praticamente esquecida naquela comemoração, não fosse pelo seu nome perdido em meio às listas de seminaristas matriculados e ordenados, carrega atrás de si alguns anos de tensão e representa uma interrogação grave que poderia obliterar o brilho das comemorações. Esta figura é o pe. Cícero Romão Batista e o mundo que ele representa é o Juazeiro, com seus beatos, beatas, milagres, teofanias, escatologias, com sua arte, e seus conchavos políticos. Ambos representam um curto-circuito nos projetos da romanização. Este curto-circuito aconteceu justamente no ponto mais melindroso de todo o projeto: como conformar as práticas religiosas às normas institucionais?

Quando tratamos estes três momentos do projeto romanizador, não queremos dizer que se tratam de três realidades distintas, mas o fazemos por motivos didáticos. No entanto, os três se encontram imbricados de tal forma, que na questão em torno do que se passou a chamar de *Fenômeno de Juazeiro*, há implicações que atingem todo o projeto e não só uma parte. Por isso, ele tem sido de tão difícil digestão para a hierarquia ao longo destes mais de 100 anos.

Até o começo de 1889, o projeto de romanização da Igreja do Ceará corria sem muitos atropelos, principalmente no tocante à difícil tarefa pastoral de adequar as práticas religiosas ao novo modelo eclesiológico, clerical, centralista e, a seu modo, *modernizante*. As irmandades estavam sendo controladas sem muitos sobressaltos, diferentemente do que acontecia em outras partes do Brasil. A diocese mantinha um rígido controle sobre os Compromissos de Irmandades aprovados pelo Estado, influenciando, na medida do possível, sobre o seu texto final. O mais importante centro de peregrinação existente na diocese, Santuário de S. Francisco das Chagas de Canindé, estava sob as vistas cuidadosas do bispo, que a muitos anos estava revertendo aos seus vultosos rendimentos para a obra das vocações. O controle episcopal sobre Canindé iria aumentar mais ainda na década seguinte, depois que a Irmandade fundada sob a orientação

---

<sup>28</sup> A Fraternidade: Ex Fructibus Eorum Cognoscatis Eos. Fortaleza, 25 de novembro de 1873.

de D. Luiz, seria supressa e a direção espiritual e administração temporal do santuário entregue aos frades capuchinhos italianos do Maranhão<sup>29</sup>.

Por outro lado, menos de duas décadas depois de instaladas, as novas devoções, trazidas pelo primeiro bispo e seus ajudantes, já estavam espalhadas por toda a diocese. Tanto as Conferências Vicentinas quanto o Apostolado da Oração eram duas potentes armas da romanização para implantar um novo tipo de piedade, e desenvolver uma espiritualidade mais intimista e preocupada com a salvação das almas. O seu sucesso era garantido não só pela sua disseminação por todos os recantos da diocese, mas também pela inserção social: enquanto os Vicentinos atingiam, grosso modo, as elites letradas dos principais centros urbanos, o Apostolado e também outras agremiações, como as Filhas de Maria, espalhavam-se pela base da estrutura social. Tudo isso sob os olhos atentos do bispo e de seu diligente clero, não mais um clero escandaloso e mais envolvido em questões temporais, mas preocupado com a salvação das almas. A geração de padres formados na Prainha já se fazia notar pela defesa intransigente dos ideais da romanização, especialmente de uma eclesiologia centrada no clero e que tinha como corolário a obediência à hierarquia.

É justamente neste ponto que Juazeiro embaralha tudo. Diferente do que acontece em Canudos, onde o leigo Antônio Conselheiro é o pivô de todo o problema, em Juazeiro, é um padre formado nas primeiras turmas do seminário romanizado e tido, até então, como um dos mais exemplares membros do clero renovado, que ocupará o lugar de destaque. Será ele quem desafiará, em nome de sua consciência, a disciplina e a hierarquia, quebrando assim os dois fios principais de toda a trama. Um outro dado importante e que não é considerado o bastante é que tudo começou, não em uma reunião de alguma irmandade rebelde ou alguma confraria de beatos pouco ortodoxa, mas sim em uma reunião do Apostolado da Oração que, como bem frisou o pe. Cícero em carta a D. Joaquim, acontecia “*conforme o regulamento*”<sup>30</sup>. Em plena celebração da primeira sexta-feira de março de 1889, quando os membros do Apostolado, depois de uma noite de vigília penitencial onde todos se preparavam, pela confissão sacramental, para receberem a comunhão reparadora pelos pecados cometidos contra o Sagrado Coração de Jesus, a primeira pessoa que recebe a hóstia é

---

<sup>29</sup> Apontamentos Históricos Sobre a fundação e Conservação do Seminário de Fortaleza Nesta Diocese: Apresentado por D. Joaquim (1894).(Manuscrito). SHEAF.

<sup>30</sup> Revista do Instituto do Ceará. Documento Sobre a Questão Religiosa do Juazeiro. p. 267.



surpreendida pela transformação da mesma em sangue. O que poderia ser visto como uma comprovação da transubstanciação, ou um sinal para o arrependimento dos pecadores, foi interpretado pela cúria diocesana primeiro como um embuste e depois, como obra do demônio. Nas palavras do pe. Francisco Anthero:

“Parece que todos estão convencidos como os padres estrangeiros do Seminário desta capital, que Nosso Senhor não deixa a França para obrar milagres no Brasil...”<sup>31</sup>

Na verdade, por mais força que estas palavras possam ter, principalmente, vindas de um teólogo bem conceituado na diocese, que participara da primeira comissão de inquérito formada pelo bispo, que se ocupou de analisar os acontecimentos e se posicionou pela sobrenaturalidade dos mesmos, elas só expõem uma parte do problema. Há mais coisas em jogo. Era absolutamente necessário que a autoridade diocesana não fosse quebrada, ou pelo menos arranhada, principalmente depois dos acontecimentos que se seguiram ao 15 de novembro. Como a Igreja poderia pretender apresentar-se ao Estado como um fator de manutenção da ordem social se, internamente, não podia manter a ordem e a disciplina entre seus quadros? Além disso há um ponto pouco explorado e que poderia ser o objeto de pesquisas posteriores mais aprofundadas. Depois que a Igreja perdeu os subsídios estatais, o episcopado quase entra em pânico com a possibilidade de um colapso total na economia de suas dioceses. Havia também o perigo da aprovação da Lei da Mão Morta, que visava à apropriação, pelo Estado, do patrimônio da Igreja. No caso do Ceará, a única tábua de salvação passou a ser as rendas do santuário de Canindé que a muito custo estavam sendo controladas pela diocese. Imagine o que D. Joaquim pensava do surgimento de um outro santuário que, na prática, representaria concorrência ao santuário diocesano, longe da Sé, e completamente fora do seu controle?

---

<sup>31</sup> BARROS, Luitgard Cavalcante Oliveira. O Movimento Religioso de Juazeiro do Norte: pe. Cícero e o Fenômeno do Caldeirão. In: SOUZA, Simone. op cit, p. 294.

## BIBLIOGRAFIA

- AZZI, Riolando. *A Crise da Cristandade e o Projeto Liberal*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O Trono e Unido ao Altar: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- BASTOS, Tavares. *Cartas do Solitário*. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.
- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja no Brasil, de João XXIII a João Paulo II...*Petrópolis: VOZES, 1994.
- BARROS, Luitigard Oliveira Cavalcanti.. *A Terra da Mãe de Deus*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. *Memória Estatística da Província do Ceará. Fortaleza*: Typ. Brasileira de Paiva & CIA, 1858.
- CAMARA, João. *Almanaque de Fortaleza*. Fortaleza: 1895.
- CASTELO, Plácido de Aderaldo. “*O Seminário da Prainha*”- in: Revista do Instituto do Ceará, Tomo 78, 1964.
- CORTEZ, Natanael. *Apologia da Bíblia*. Garanhuns: Typ. do Norte Evangélico, 1920.
- CAMELO, Murilo José de Oliveira. *Dom Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1986.
- CAMPO, Eduardo. *Capítulos de História de Fortaleza no século XIX*. Fortaleza: EDUFC, 1985.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice / IUPERJ, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.
- DELLA CAVA, Ralph. *O Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.
- DUSSEL, Henrique (org.). *500 Anos de História da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- FERREIRA, Júlio Andrade. *História da IPB (vol I)*. 2a. ed. São Paulo: ED. Presbiteriana,1992.
- FORTI, Maria do Carmo Pagan. *Ela Fez o Milagre... A Beata Maria de Araújo no Juazeiro do Padre Cícero*. São Paulo: Mestrado em Ciências da Religião - PUC, 1997.
- GAETA, Maria Aparecida. *Os Percursos do Ultramontanismo em São Paulo no Episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho - 1873-1894*. São Paulo: USP, 1991.
- GARDEL, Luis. *Les Armoiries Ecclésiastiques au Brésil.(1551-1962)*.Rio de Janeiro: (?), 1965.
- GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza: BNB - ETENE, 1985.

- GOMES, Francisco José S. *Le Projet de Neo-Chretiente dans le Diocese de Rio de Janeiro de 1869 a 1915 (These de Doctorat)*. Universite de Toulouse Le Mirail, 1991.
- HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil - tomo II*. Petrópolis: Paulinas / VOZES, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O Cristianismo Moreno do Brasil*. Petrópolis: VOZES, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Formação do Catolicismo Brasileiro*. Petrópolis: VOZES, 1978.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital: 1848-1875*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- KROMMEN, Rita. *Mathias Beck e a CIA das Índias Ocidentais*. Fortaleza: EDUFC, 1997.
- LOPES, Francisco Régis. *O Caldeirão*. Fortaleza: EDUECE, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Beato João de Cristo Rei: o profeta do Juazeiro*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O Verbo Encantado: a construção do pe. Cícero no imaginário dos devotos*. (Dissertação de Mestrado) Fortaleza: Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais - UFC, 1998.
- LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- MACEDO, Nertan. *O Padre e a Beata: a vida do pe. Cícero do Juazeiro*. Rio de Janeiro: Edições "O Cruzeiro", (s.d.).
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916 - 1885)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- MARIA, Pe. Júlio. *O Catolicismo no Brasil, Memória Histórica*. Rio de Janeiro: Agir, 1950.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja, de Lutero aos Nossos Dias: a era do liberalismo (tomo III)*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MONTEFIORI, Fr. João José de. *Lições Elementares de Retórica Expostos sob um Ponto de Vista Cristão*. São Paulo: Typ. Imparcial, 1864.
- MONTENEGRO, João Alfredo. *Evolução do Catolicismo no Brasil*. Petrópolis: VOZES, 1972.
- MORSE, Richard . *O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas América*. São Paulo: CIA das Letras, 1988.
- NOBRE, Geraldo. *História Eclesiástica do Ceará. (1ª. Parte)*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 1980.
- PORTUGAL, Fernandes. *Curso de Cultura Religiosa Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1988.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Epoque*. Fortaleza: Stylus Comunicação, 1993.
- PIERRAR, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- ROMANO, Roberto. *Brasil, Igreja Contra Estado*. São Paulo: Kairós Livraria, 1979.
- RODRIGUES, Ana Maria Moog. (org.). *A Igreja na República*. Brasília: EDUNB, 1981.

- SILVA, Severino Vicente (org.) *Igreja e Controle Social nos Sertões Nordestinos*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- SOARES, José Carlos de Macêdo. *Fontes da História da Igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1954.
- SOUZA, Simone (org.). *História do Ceará*. 4<sup>a</sup>. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.
- STUDART, Guilherme. *Jesuitas e Jesuitismos*. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1909.
- SUESS, Paulo. *A Conquista Espiritual da América Espanhola*. Petrópolis: VOZES, 1994.
- TAKEIA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Natal: UFRN / Editora HUCITEC, 1995.
- TEIXEIRA, Luiz Couto. *A Gênese das CEB'S no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- VIEIRA, Pe. Antônio. “Relação da Missão da Serra da Ibiapaba”. In: *Revista do Instituto do Ceará - tomo 18*. Fortaleza: 1904.
- VIEIRA, Davi Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Ed.UnB, 1980.

\*Prof. Pe. Edilberto Cavalcante Reis  
Presbítero da Diocese de Quixadá, doutorando em História,  
Professor da UECE e do ITEP